



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA FUNDA**

PARECER JURÍDICO

AO PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 028, DE 12 DE MAIO DE 2025.

**AUTORIZA A CESSÃO DE DIREITOS SOBRE A CEDÊNCIA DE
USO DE BEM MÓVEL À ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE DA
LINHA ERVALZINHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS..**

O presente projeto foi apresentado para análise Legislativa e visa conforme artigos autorizar o Poder Executivo Municipal a ceder, a título gratuito, o direito de uso da plantadeira marca Netz, com 5 linhas, modelo PDN 5045, ano 2024, série nº 12188, à Associação da Comunidade da Linha Ervalzinho., consta ainda, que a referida plantadeira foi cedida pela Secretaria de Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do Estado do Rio Grande do Sul ao Município de Barra Funda conforme processo administrativo nº 24/1500-0035259-8 em 12/02/2025 e encontra-se cadastrada sob o número patrimonial estadual 001339968.

O presente projeto de lei foi elaborado no exercício da competência legislativa, consoante o disposto no artigo 30, incisos I, da Constituição Federal, já que compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local.

Por interesse local entende-se: “todos os assuntos do Município, mesmo em que ele não fosse o único interessado, desde que seja o principal. É a sua predominância; tudo que repercute direta e imediatamente na vida municipal é de interesse local”. (CASTRO José Nilo de, in Direito Municipal Positivo, 4. ed., Editora Del Rey, Belo Horizonte, 1999, p. 49).

A competência do Município, portanto, reside no direito subjetivo público de tomar toda e qualquer providência, em assunto de interesse local, isto é, em assuntos de seu peculiar interesse, legislando, administrando, tributando, fiscalizando, sempre nos limites ou parâmetros fixados pela Constituição da República; Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA FUNDA

A cessão de direitos sobre bens móveis é a transferência de direitos de um bem móvel de uma pessoa para outra, geralmente através de um contrato. Isso pode ocorrer em diversas situações, como na transferência de direitos relacionados a um crédito ou contrato, que é o presente caso.

A cessão de direitos sobre contrato refere-se à transferência da titularidade de um direito ou obrigação de um contrato de uma parte para outra, seja total ou parcialmente. Essa transferência é formalizada através de um contrato de cessão, onde o cedente (quem transfere) e o cessionário (quem recebe) estabelecem os termos e condições da transação.

Dessa forma, o aspecto legislativo formal, ora em análise, a proposição em exame se afigura revestida da condição legal no que concerne tanto à competência quanto à iniciativa, que é privativa do Chefe do Poder Executivo, não existindo obstáculos legais a sua tramitação nesta Casa de Leis, razão pela qual O PARECER desta Assessoria Jurídica é FAVORÁVEL, estando apto a ser analisado pelo legislativo.

Barra Funda, 14 de maio de 2025.

Jaqueli da Silveira
Assessora jurídica/OAB RS 86.539